PROPOSIÇÃO DE LEI №: 13, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA – MG, A CONTRATAR COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – BDMG, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Morro da Garça – MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito até o montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil reais) destinadas ao financiamento de **Ampliação e Reforma da edificação da Sede da Prefeitura Municipal** observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA **ESTADO DE MINAS GERAIS** CNPJ: 38.522.827/0001-38

CEP. 39.248-000

Parágrafo Único - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação

em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vier a serem

estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art. 3º - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir o Banco de

Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG como seu mandatário, com poderes

irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de

transferências mencionadas no caput do artigo segundo, os recursos vinculados, podendo

utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que

se refere o artigo primeiro.

Parágrafo Único - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do

Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 4º - Fica o Município autorizado a:

participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a

execução da presente Lei.

b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do BDMG referentes às

operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.

abrir conta bancária vinculada ao contrato de financiamento, no Banco, destinada a

centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do referido contrato.

aceitar o foro da cidade de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias d)

decorrentes da execução dos contratos.

Art. 5º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei

deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos

termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 6º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações

necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos

contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.



Art. 7º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Morro da Garça, 27 de setembro de 2017.

Rubens Gomes de Almeida

Câmara Municipal de Morro da Garça - MG